

As transformações da ordem mundial liberal no século XXI: uma análise neogramsciana

The transformations of the liberal world order in the 21st century: a neogramscian analysis

MARCOS DO VALE ARAUJO | marcosvalerj@gmail.com | Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ). Bacharel em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (DGEI-UFRJ).

DIOGO MONTEIRO DARIO | diogomdario@gmail.com | Doutor em Relações Internacionais pela University of St Andrews. Atualmente é Professor Adjunto do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRID UFRJ).

Recebimento do artigo Abril de 2020 | **Aceite** Julho de 2021

Resumo: O presente artigo possui como principal objetivo captar apropriadamente as mudanças normativas e práticas em curso na ordem mundial liberal historicamente liderada pelos Estados Unidos, compreendendo os impactos destas alterações na manutenção da proeminência global desse ator, no contexto histórico dos anos 2001-2021. Em alinhamento com esse objetivo, coloca-se a seguinte pergunta: quais são os elementos que ilustram as transições na ordem mundial liberal contemporânea e de que forma é possível compreendê-las? À luz da Teoria Crítica de Robert Cox e do método das estruturas históricas, a hipótese deste trabalho é que essas transformações não derivam de elementos materiais ou ideacionais em separado, mas remontam de uma conjugação mútua entre um conjunto de ideias, instituições e capacidades materiais. O trabalho é uma pesquisa exploratória, que adota uma abordagem qualitativa e recorre a análises bibliográficas como método principal de coleta de informações. **Palavras-chave** Ordem mundial, Mudança, Teoria Crítica, Robert Cox, Estados Unidos.

Abstract: The main objective of this article is to properly capture the normative and practical changes ongoing in the liberal world order historically led by the United States, understanding the impacts of these changes on the maintenance of the global prominence of this actor, in the historical context of the years 2001-2021. In alignment with this objective, the following question is posed: what are the elements that illustrate the transitions in the contemporary liberal world order and in what way is it possible to understand them? In the light of Robert Cox's Critical Theory and the method of historical structures, the hypothesis of this paper is that these transformations do not derive from separate material or ideational elements, but come from a mutual conjunction between a set of ideas, institutions and material capabilities. The paper is an exploratory research, which adopts a qualitative approach and resorts to bibliographic analysis as the main method of information gathering. **Keywords** World order, Change, Critical Theory, Robert Cox, United States.

INTRODUÇÃO

O contexto internacional contemporâneo é marcado por profundas e contínuas transformações no que diz respeito ao seu conjunto de atores, agendas e, sobretudo, nos aparatos normativos e institucionais que conferem corpo à ordem internacional. Esse ordenamento, tratado por uma gama de analistas e pesquisadores de Relações Internacionais (RI) como reflexo da aceitação de “valores liberais” desde o pós-Segunda Guerra Mundial – democracia, livre mercado, transparência política, cooperação e multilateralismo –, encontra-se sob contradições e, portanto, contestações. Dado esse contexto, é válido dizer que a dinâmica de poder na política internacional não mais opera unicamente em favor das tradicionais lideranças dessa ordem, como os Estados Unidos e outras potências ocidentais, mas flui em direção a potenciais atores revisionistas, de agentes não-estatais a potências como a China.

Da mesma forma que o conceito de ordem internacional é variado e possui distintas interpretações, as lentes úteis para contemplar como o poder opera nas mudanças dessa ordem também variam. Sobre essas lentes, é de se notar que as abordagens mais tradicionais do campo acadêmico das RI se baseiam em pressupostos conservadores e supostamente neutros no que tange ao significado do poder, assim como da conceitualização da ordem mundial e do tema da hegemonia. Por esses pressupostos, aqui nos referimos a um modo particular de produzir conhecimento ao qual Cox (1981) já havia se referido como “solução de problemas”. De acordo com o autor, a referência é feita a teorias voltadas a propor ferramentas objetivas de análise e modelos capazes de solucionar controvérsias dentro de uma ordem social, explicando os acontecimentos e recorrências dentro dessa ordem (COX, 1981).

No entanto, dada uma dinâmica mutável, é conveniente se pensar em formas alternativas de se produzir conhecimento que busquem contemplar, de forma crítica, essas mudanças. A partir desse ponto, quais são os elementos que ilustram as transições na ordem mundial liberal contemporânea e de que forma é possível compreendê-las? Como uma possível resposta para essa indagação, é de se ressaltar o papel da Teoria Crítica de Robert Cox, que surge, na década de 80, com uma proposta de não apenas questionar quais os propósitos de uma teoria, mas também de como estudar o conteúdo das relações internacionais. Assim, o presente artigo possui como principal objetivo captar apropriadamente as transformações normativas e práticas em curso na ordem mundial liberal historicamente liderada pelos Estados Unidos, compreendendo os impactos destas alterações na manutenção da proeminência global desse ator, no contexto histórico dos anos 2001-2021.

Operacionalizando esse objetivo, a hipótese deste trabalho é que as transformações na ordem mundial liberal não derivam de elementos materiais ou ideacionais em separado, mas remontam de uma conjugação mútua entre um conjunto de ideias, instituições e capacidades materiais. Em termos metodológicos, o trabalho se trata de uma pesquisa exploratória, que adota uma abordagem qualitativa e recorre a análises bibliográficas como método principal de coleta de informações.

Com relação à estruturação das seções, o artigo buscará: (1) sintetizar os principais entendimentos das correntes realista, liberal e construtivista sobre o conceito de poder, mostrando como a Teoria Crítica Neogramsciana se posiciona frente essas abordagens e; (2) expor as mudanças na ordem mundial a partir do posicionamento dos Estados Unidos e de sua política

externa no século XXI, de George W. Bush até Donald Trump. É nesse sentido que se busca apresentar como os principais elementos de causa e consequência de suas diplomacias podem ser posicionados à luz da abordagem neogramsciana de hegemonia.

1. O PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

É possível dizer que o conceito de poder é um dos elementos mais frequentemente submetidos a discussões na área acadêmica das Relações Internacionais (RI). Distante de possuir uma categorização única e indivisível, o poder pode ser compreendido a partir de múltiplas lentes teóricas, cada uma conferindo ao termo particularidades únicas, bem como diferentes implicações práticas do termo na política internacional. Dito isso, a presente seção estará voltada a realizar breves considerações a respeito da riqueza das discussões acerca da categoria do poder na área das RI, de modo a entender possíveis limitações e complementaridades quando consideradas distintas abordagens teóricas.

1.1. A corrente realista e a análise do poder

O realismo das RI é uma das mais tradicionais correntes de pensamento da área. Guardadas as devidas proporções e diferenças entre as variadas abordagens existentes nessa corrente, tanto nos meios de se produzir conhecimento quanto de aproximações pontuais quanto ao conteúdo da teoria, é de se pontuar que todas se assemelham no que diz respeito à observação essencialmente focada na anarquia internacional, no papel central do Estado e de sua soberania, assim como no equilíbrio de poder entre esses atores políticos.

Consideremos, por exemplo, o realismo de Morgenthau (2003). Segundo o autor, um dos princípios centrais do realismo político seria o interesse definido em termos de poder, sem o qual seria impossível conferir os aspectos mínimos de ordem no campo da política. De outro modo, Morgenthau assume um compromisso em desenvolver uma ciência da política internacional que analise a racionalidade de uma decisão do ponto de vista de suas consequências para a dinâmica do poder. Partindo do ponto que o autor entende que as leis da política são objetivas, deitam suas raízes na natureza humana, e a racionalidade na ação consistiria justamente na definição de interesses em termos de poder, uma política que contemplasse o objetivo fundamental de sobrevivência nas relações internacionais seria a maximização deste poder, definido majoritariamente em termos do potencial militar de um Estado.

Ainda que, para o autor, o poder esteja relacionado com recursos materiais fundamentais para a sobrevivência do Estado, é importante considerar que a abordagem historicista de Morgenthau não encara o poder como algo fixo. Isso significa dizer que o poder pode remeter tanto à tamanhos de exércitos quanto à disponibilidade de ogivas nucleares, se considerarmos

distintos períodos históricos. O que é unânime dentro da abordagem de Morgenthau, assim como dos trabalhos de muitos outros autores realistas, é o privilégio conferido às questões diretamente relacionadas à manutenção de soberania, preservação da integridade estatal e demais assuntos ligados à segurança militar (*high politics*), em detrimento de agendas que não são fundamentalmente relacionadas à essas questões, geralmente assuntos econômicos, sociais e ambientais (*low politics*) (MORGENTHAU, 2003).

Kenneth Waltz (1979), em uma abordagem realista que se difere de Morgenthau, principalmente em aspectos ligados ao nível de análise da política internacional e da própria fundamentação do conhecimento em si – rompendo com a tradição normativa e humanista de realistas clássicos –, apresenta ponderações distintas sobre a questão do poder. No neorealismo, o peso da agência individual de um estadista não mais é levado com tanta consideração, visto que sua teoria da política internacional aponta para a realidade de Estados – entendidos enquanto meras unidades – responderem a pressões de um sistema internacional essencialmente anárquico.

Vale considerar que duas premissas fundamentais de Waltz são a imutabilidade da anarquia enquanto princípio ordenador e a pouca diferenciação entre as funções dos Estados nesse sistema. Com base nessas ponderações, o resultado mais lógico a partir do choque entre os atores seria a formação de “balanças de poder”. De outro modo, dada a força da estrutura internacional e seus efeitos causais sobre as unidades, a resposta racional dos Estados seria a preservação de capacidades de poder de modo a manter suas posições relativas no sistema (WALTZ, 1979).

Ainda, merecem destaque as contribuições de outro autor com respaldo dentro da tradição realista, como é o caso de Robert Gilpin. Representando desenvolvimentos teóricos dentro do neorealismo, Gilpin busca trazer contribuições sistêmicas ao estudo do poder de forma menos rígida como as de Waltz. Por um lado, o autor considera que o sistema é determinante no comportamento de Estados – seja pela socialização destes a um conjunto de normas e valores ou por constrangimentos às suas ações – mas, ao mesmo tempo, ressalta o peso da agência estatal em filtrar essas pressões de acordo com seus interesses e seu poder material (GILPIN, 1981).

Assim, levando em conta a racionalidade da ação estatal compartilhada por muitos realistas, Gilpin compreende que o sistema internacional estimularia cálculos precisos dos Estados para alterar ou não a ordem internacional vigente, sempre minimizando custos e maximizando vantagens. Com base nisso, o autor deixa claro o significado de “poder” na sua análise da mudança estrutural: capacidades militares, econômicas e tecnológicas. Ademais, visando absorver os elementos intangíveis que influenciam diretamente o poder, como a moral e o reconhecimento, Gilpin incorpora esses fatores dentro de sua definição de “prestígio”, ainda que a definição acabe se subordinando a fatores materiais por ser a “reputação pelo poder” militar (*Ibidem*, p. 14).

Tomando por base as abordagens dos autores acima citados, é possível (e necessário) constatar suas diferenças fundamentais quanto a níveis de análise, comportamento do ator central e variações no que é ser racional em uma política externa. Contudo, é perceptível que os três autores se aproximam quanto ao conteúdo do “poder” nas RI, definido em termos de capacidades materiais de um Estado, como seus recursos bélicos e potencial econômico. Como Baldwin (2013) categoriza, essa convergência de definição representa uma “abordagem de elementos do poder nacional”, tratando o poder como uma posse ou propriedade tangível de Estados. Entretanto, essa abordagem é submetida frequentes contestações, principalmente devido ao menosprezo de considerações quanto ao escopo, domínio, peso, custos e meios do poder,

assim como potenciais limitações em relação à medição do poder e da fungibilidade do mesmo (BALDWIN, 2013). Compreender a complexidade do poder nos leva, portanto, a considerarmos também outras lentes teóricas preocupadas com a temática.

1.2. O neoliberalismo e a questão do poder

Por finalidades didáticas, compreender a questão do poder na ótica neoliberal nos leva, primeiramente, a situar a corrente dentro da disciplina. Sobre essa contextualização, aqui nos referimos justamente ao cenário da década de 70, um momento no qual não apenas pressupostos tidos como dados na disciplina foram postos em xeque – estes vinculados a abordagens realistas hegemônicas que discorriam sobre a sacralidade do Estado-Nação e o permanente estado de conflito –, mas principalmente profundas mudanças na política internacional começaram a se desenhar.

Entre essas mudanças, é cabível ressaltar: (1) o decréscimo significativo no uso da força; (2) consolidação de múltiplos canais de comunicação no jogo político internacional; (3) ofuscação da hierarquia entre áreas temáticas, dificultando cada vez mais a tradicional divisão de *high politics* e *low politics*; e; (4) maior ativismo de atores para além do Estado (organizações não governamentais, instituições internacionais e pessoas) (KEOHANE; NYE, 1971; 2012). Esse conjunto de elementos é incluído no que Keohane e Nye cunharam por interdependência complexa, isto é, o estabelecimento de vínculos políticos, econômicos, sociais e culturais entre atores, ao ponto de fazer com que as decisões políticas de um ator gerem impactos diretos e indiretos em outro ator.

Ainda que a questão da interdependência possa influenciar positivamente no comportamento de atores internacionais, com o papel redobrado de instituições internacionais em proporcionar interações cooperativas entre Estados, neoliberais, assim como realistas, tomam como dado a dinâmica de “auto-ajuda” do sistema internacional e intenções egoístas de suas unidades. Em termos mais precisos, isso significa dizer que a interdependência não necessariamente é benéfica e pacífica, mas pode ser, e frequentemente é, uma fonte de conflitos (KEOHANE; NYE, 2012). Quais são, portanto, as implicações disso no estudo do poder nas relações internacionais?

De acordo com Keohane e Nye (2012, p. 10, tradução nossa), “o poder pode ser considerado como a capacidade de um ator de fazer com que outros façam algo que de outra forma não fariam (e a um custo aceitável para o ator)”. O que se percebe é que essa definição é um empréstimo da conceitualização de Robert Dahl sobre o componente relacional imbuído na definição de poder, assim como remonta de debates acadêmicos sobre as “faces do poder”, configurando o que seria chamado de “primeira face do poder” (BALDWIN, 2013). Claramente, é uma forma de problematizar o poder radicalmente distinta de uma “abordagem de elementos do poder nacional”, como visto no realismo. A definição apresentada por Keohane e Nye, e categorizada por Baldwin (2013) como “abordagem do poder relacional”, concebe o poder como uma relação na qual o comportamento de um ator específico provoca mudanças no comportamento de outro

ator, onde esse comportamento possuiria múltiplos significados, de ações diretas até fatores cognitivos e emocionais (KEOHANE; NYE, 2012).

Compreendida a definição de poder como algo distante de uma posse de um fator tangível e palpável, retornemos à questão da interdependência. Ao buscarmos deixar claro os limites entre interconexões e interdependência, sendo que o primeiro representaria interações mútuas sem efeitos custosos e o segundo a interação com custos envolvidos, Keohane e Nye estabelecem as bases da existência de uma “política da interdependência” (*Ibidem*), sendo a política frequentemente entendida como a disputa pelo poder. Assim, a razão de existência de uma “política da interdependência” se dá pela presença de relações assimétricas, nas quais os custos de determinada relação são mais intensos para aquele ator com maior grau de dependência. Como os autores pontuam, interdependências assimétricas são marcadas por distintos níveis de sensibilidades e vulnerabilidades a escolhas, decisões e mudanças, podendo os atores mais beneficiados em dada relação intencionalmente usar isso ao seu favor.

Por fim, ainda que as considerações sobre o poder relacional preencham vácuos deixados pelas categorizações mais tradicionais e remotas, que sobrecarregavam análises em recursos militares, econômicos e tecnológicos sem um devido referencial, é conveniente dizer que componentes da própria “abordagem do poder relacional” percebidos em *Power and Interdependence*, de Keohane e Nye (*Ibidem*), possuem limitações. Nesse sentido, abordagens mais recentes de autores neoliberais, em comparação ao trabalho supracitado e cuja primeira edição data de 1971, buscaram suprir lacunas dentro de uma perspectiva relacional do poder. Esse é o caso do próprio Joseph Nye em *The Future of Power* (2011).

Na ocasião, Nye (2011) aponta que a dimensão de poder relacional aqui já vista, a qual ele se refere como “comandar mudanças” (primeira face do poder), é complementada por duas outras dimensões: a capacidade de um ator em controlar agendas políticas (segunda face do poder) e estabelecer preferências (terceira face do poder). Essas duas outras dimensões de poder, frequentemente veladas e baseadas no consenso acrítico de um ator controlado, estão fortemente relacionadas com a capacidade de um agente moldar as preferências de outros para fazê-los querer o que esse agente quer – o que Nye chama de *soft power* (NYE, 2011). Em adição a isso, as três dimensões em conjunto, reunindo então uma mistura de comando e controle, configurariam o que o autor chama de *smart power* (*Ibidem*). Assim, desenvolvimentos no seio da agenda de pesquisa institucionalista neoliberal, da interdependência assimétrica ao *soft power*, nos levam a entender que o “poder não é mais uma questão do efeito direto de A sobre B, mas funciona através de relações socialmente estendidas e institucionalmente difusas sobre B (BARNETT; DUVALL, 2005, p. 51-52, tradução nossa).

1.3. Construtivismo e o poder: identidades e interesses

Ainda que a diversidade seja crucial para o construtivismo enquanto agenda de pesquisa, é conveniente, para os propósitos desta seção, apontarmos em direção ao denominador comum dentro dessa escola de pensamento. Aqui nos referimos à ideia de um

mundo socialmente construído, isto é, a realidade social deixa de ser analisada em termos de regularidades ou pressuposições estáticas (ZEHFUSS, 2002). De forma mais concreta e exemplificando essa lógica nas relações internacionais, um dos principais conceitos postos em xeque a partir de uma concepção construtivista é a própria noção de anarquia: entendida enquanto uma fonte permanente de conflitos, tanto para neorrealistas e neoliberais, o que se entende, na verdade, é que a anarquia é o que os Estados fazem dela (WENDT, 1992).

Isso significa dizer justamente que a questão das formações de identidades, interesses e culturas é central para construtivistas, na medida em que se atribui ao mundo material e à realidade social um conjunto de valores, normas e significados que são construídos e estabelecidos pelos atores de forma intersubjetiva (WENDT, 1992; FIERKE, 2013). A intersubjetividade na ação – e não apenas subjetividade – é justificada pela formação de identidades, interesses e expectativas entre os atores a partir das suas ações coletivas, ou seja, ressalta-se justamente o componente puramente relacional da construção social, sempre no âmbito de contextos específicos (WENDT, 1992).

Se, por exemplo, é possível constatar uma tradicional aliança entre Estados Unidos e Reino Unido, o mesmo não poderia ser dito no início do século XIX (FIERKE, 2013). Para construtivistas, a explicação para isso reside menos em aspectos puramente comportamentais de interação a partir de instituições – como afirmariam neoliberais na contemporaneidade – ou de constrangimentos unilaterais de um sistema anárquico e conflituoso em suas unidades essencialmente auto interessadas – como um neorrealista poderia interpretar os conflitos entre o Império britânico e os EUA ainda em formação territorial. O que interessa não são os aspectos técnicos do comportamento e interação pura entre esses atores, mas sim as suas capacidades de construir identidades, a partir de um processo intersubjetivo, e definirem seus interesses (cooperação ou conflito) em função de suas identidades (WENDT, 1999).

Considerando a visão de um mundo socialmente construído, o que significa poder dentro de uma abordagem construtivista? Em primeiro lugar, é conveniente a afirmação de Baldwin (2013) de que o construtivismo contribuiu diretamente no refinamento e ampliação do estudo sobre o poder, no seio de uma “abordagem do poder relacional”, a partir da inclusão do papel de normas, valores, ideias e culturas. Entretanto, é de se ressaltar a diversidade de aproximações com o conceito de poder que deriva justamente da pluralidade do construtivismo.

Ainda que a abordagem de Wendt seja conveniente na compreensão de aspectos fundamentais que norteiam a ontologia construtivista, como a construção social da política internacional, sua carência de considerações sobre o conceito de poder e seu foco demasiadamente estadocêntrico são frequentemente postos sob discussão (FIERKE, 2013). É conveniente dizer, por exemplo, que “construtivistas não-estatais apontam para processos similares de socialização, difusão de normas e internalização; mas enfatizam a sociedade civil transnacional como a arena mais importante para esses processos e os atores não-estatais como os agentes mais importantes envolvidos” (HURRELL, 2005, p. 42, tradução nossa).

Um caso desses construtivistas são Barnett e Duvall (2005), que chamam atenção para como resultados de uma relação de poder são produzidos de formas variadas e como múltiplos atores são habilitados e constrangidos diferentemente, sempre a depender de um contexto social específico. De outro modo, em um estudo construtivista do poder, o que interessa é investigar quais são os processos que fazem com que agregados de poder se traduzam em determinadas

relações, desdobrando as distintas funções que o poder exerce. Em alinhamento com essa afirmativa, cabe dizer que os modelos analíticos propostos pelos autores para analisar a multidimensionalidade do poder – compulsório, institucional, estrutural, e produtivo – são nada menos que construtos mentais gerados a partir do estudo dos tipos de relação social onde o poder funciona (interação ou constituição) assim como da especificidade das relações sociais através das quais os efeitos são produzidos (direto ou indireto) (BARNETT; DUVALL, 2005, p. 42).

Por fim, o argumento de Barnett e Duvall (2005) de que as diferentes conceitualizações de poder derivam de distintos compromissos teóricos sociais, sendo problemática uma definição perfeita, estática e mensurável sobre o poder, é retomado por Guzzini (2005). Enfatizando a relação reflexiva entre a produção de conhecimento e a realidade social, o autor desenvolve seu trabalho a partir do argumento de que, por trás da preocupação de “o que o poder significa”, uma análise construtivista foca nos resultados específicos de determinada ação, isto é, “o que o poder faz”. Assim, a partir do papel performativo que essa ação possui na realidade social, torna-se possível compreender, sempre em um contexto específico, “o que o poder veio a significar e ser capaz de fazer o que faz” (GUZZINI, 2005).

1.4. A teoria crítica neogramsciana: poder e hegemonia

Foi possível perceber, anteriormente, que a conceitualização de poder passou por profundos processos de revisão, à luz de distintas teorias do campo acadêmico das RI. De uma tradicional perspectiva realista baseada em recursos materiais, observou-se como a emergência de uma abordagem relacional do poder foi abraçada por neoliberais e como essa mesma abordagem foi submetida a refinamentos por construtivistas, a partir da inclusão da intersubjetividade da construção social de identidades e interesses. Contudo, é conveniente realizarmos algumas considerações distintas sobre a natureza do poder e de seus reflexos na política internacional.

São frequentes as discussões contemporâneas sobre a (in)existência de hegemonia¹ de uma ordem mundial liberal, assim como do disciplinamento político e econômico conferido por essa estrutura nos mais diversos atores da política mundial. Considerando um cenário internacional contemporâneo marcado por instabilidades sistêmicas e por transformações nos principais arranjos multilaterais, argumenta-se sobre a força de uma abordagem de poder derivada da Teoria Crítica Neogramsciana de Robert Cox. Em termos mais precisos, sua relevância se daria não somente à captação de processos de dominação, mas, sobretudo, em contemplar perspectivas de transformação de uma ordem mundial fundamentalmente submetida à mudança.

1 O conceito de hegemonia, de acordo com a matriz de pensamento de Antonio Gramsci, diz respeito à um modo de produção dominante, onde uma classe social ascende ao nível político, econômico e cultural dentro de uma sociedade e obtém um grau suficiente de legitimidade e aceitação para exercer poder (GRAMSCI, 2000). Entretanto, ainda que a figura de uma classe, Estado ou atores transnacionais – os dois últimos no campo das Relações Internacionais – sejam centrais em um processo de construção de hegemonia, a dominação deixa de ser algo único e particular deste ator e passa a operar a um nível estrutural, uma vez que os próprios dominados assumem papel central em reproduzir sua condição de subordinado.

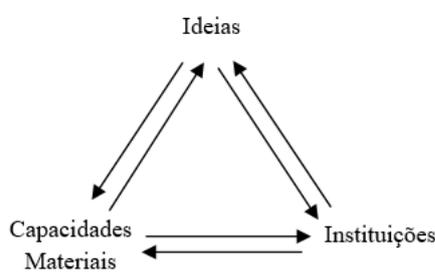
Assim como a vertente construtivista, a Teoria Crítica surge em um momento de profundos desafios ao positivismo dentro da disciplina de RI, epistemologia que permeou grande parte dos estudos desenvolvidos pelas tradições realista e liberal. Assim, a crítica surge não apenas no que se refere aos objetos de estudo, mas nas fundamentações e caminhos de se obter conhecimento e produzir conteúdo. Nesse ponto é de se destacar o artigo central de Robert Cox, *Social Forces States and World Orders* (1981). Em vez de discutir puramente a figura do Estado e seus recursos de poder material, como observado no realismo, Cox analisa um conjunto de forças sociais e como estas estão submetidas a um processo de mudança histórica, seja no âmbito macro da ordem mundial ou no cenário doméstico da sociedade civil (COX, 1981).

O significado de mudança, bem como a própria configuração do Estado e da ordem mundial, deriva de um conjunto de elementos que moldam as relações de poder, tais como as ideias, ideologias, instituições e a própria configuração material socioeconômica do sistema (COX, 1981; GILL, 2008). O que se percebe com isso é que o conceito de poder para Cox, ao analisar os processos de dominação no cenário internacional, é uma retomada direta do materialismo histórico² de Gramsci. Isso se confirma na medida em que a mudança e a noção de hegemonia dizem respeito justamente a uma relação mútua entre a estrutura (fatores materiais, poder militar, recursos econômicos) e a superestrutura (ideias, instituições, valores), tudo fruto de um momento histórico específico a ser considerado (COX, 1983).

O conceito de poder dentro de uma Teoria Crítica Neogramsciana não apenas enfatiza o caráter puramente dialético das relações de dominação, mas aponta para a capacidade de um ator específico emergir e exercer influência no nível individual e sobretudo no nível estrutural. Ao traduzir as considerações de Gramsci sobre hegemonia no campo das Relações Internacionais, Cox (1981) analisa as relações de poder sob três esferas de análise, buscando entender como os processos de produção – ideias, capacidades materiais e instituições (**Figura 1**) – “contribuem para ascensão de certas forças sociais, como essas forças sociais podem se tornar as bases do poder em formas de Estado e como isso pode moldar a ordem mundial” (BIELER; MORTON, 2004, p. 89, tradução nossa).

Em outros termos, a teoria crítica de base neogramsciana analisa a forma pela qual um conjunto particular de forças dentro de um Estado alcança um grau de hegemonia doméstica suficientemente relevante para se internacionalizar e exercer poder no âmbito estrutural. Lista-se alguns aspectos como o processo de internacionalização de um Estado ou sociedade civil específica – como o próprio caso dos Estados Unidos a partir da mundialização do “sonho americano”, formação de uma classe político-econômica transnacional e o disciplinamento liberal de instituições internacionais (GILL, 2008).

2 Assim como Marx, Gramsci é influenciado pela doutrina do materialismo histórico, isto é, a noção de que as relações de classe e as fontes de conflito humano devem ser entendidos a partir dos fatores ligados à produção material e econômica (COX, 1983). Entretanto, servindo como um refinamento da abordagem de Marx, o materialismo histórico de Gramsci ressalta a importância das ideologias e culturas a serem analisadas em conjunto com relações econômicas e fatores materiais, se influenciando mutuamente com igual peso de importância (*ibidem*).

Figura 1: A dialética de forças em uma estrutura histórica

Fonte: COX (1981, p. 136, tradução nossa).

1.4.1. *A relevância da teoria crítica de robert cox na contemporaneidade: um debate entre teorias*

De que forma, a análise de poder sob um viés materialista histórico consegue suprir limitações de outras abordagens, como o caso das três correntes vistas nas seções anteriores? Em relação ao realismo, discorrer sobre poder estrutural não significa expor meras distribuições de recursos bélicos ou econômicos ao nível de um sistema interestatal, mas sim ressaltar sobre estruturas de dominação que exercem poder e influência do nível doméstico ao internacional. Didaticamente, “estrutura” diz respeito a um nível de análise da realidade social a partir da relação mútua entre ideias/cultura e uma base material. É com base nisso que a mudança não é reduzida a relações de poder militar e econômico entre Estados soberanos, mas incorpora transformações em fatores ideacionais, culturais e institucionais da ordem mundial.

No que se refere ao neoliberalismo, discorrer sobre o materialismo histórico neogramsciano nos permite captar como relações de poder que transcendem simples interações entre um ator exercendo influência direta sobre outro, considerando a abordagem de Keohane e Nye (2012). Em termos mais práticos, se considerarmos a prevalência de uma ordem internacional liberal, o ponto não é se os Estados Unidos são eficientes em gerar ganhos diretos a partir de interdependências assimétricas. O método de estruturas históricas de Cox, como ilustrado na Figura 1, nos permite entender se determinada ordem é hegemônica a partir da validade e aceitação das ideias, instituições e capacidades materiais pelos atores ao nível global, e não devido apenas a recursos ou estratégias individuais do ator que a lidera.

Junto a isso, também servindo como uma crítica à visão neoliberal da interdependência como caminho para cooperação, teóricos críticos neogramscianos apontam que instituições internacionais são apenas mais um reflexo do “cosmopolitismo das forças econômicas internacionais, [...] acompanhado por um disciplinamento de grupos sociais do Terceiro Mundo, a fim de aprofundar o poder estrutural do capital e minar arranjos mercantilistas predominantes” (GILL, 2008, p. 26, tradução nossa).

Sobre a abordagem de outros neoliberais, como Nye (2011), é válido lembrarmos que o mesmo contribuiu para ampliações conceituais em relação à clássica interdependência complexa. Baldwin (2013), ao discorrer sobre a “terceira face do poder” de Lukes, até afirma que a moldura de preferências de atores dominados possui similaridades entre o conceito de *soft power* e a ideia gramsciana de hegemonia. Entretanto, é fundamental distinguirmos que se, por um lado, Nye busca transformar essas ideias em recomendações práticas e instrumentais para formuladores de política, Cox retoma o ideário de Gramsci de modo a realizar uma teoria crítica da realidade social.

Por fim, construtivistas proporcionaram interessantes reflexões a respeito da construção social do poder e sua multidimensionalidade, assumindo distintas interpretações a depender de um contexto específico. Entretanto, em um mundo com contestações sobre a existência factual de uma ordem “hegemônica” liberal, direcionar o olhar para estruturas de poder pode ser um caminho mais conveniente se o intuito é contemplar perspectivas de mudanças sistêmicas, algo que uma análise construtivista do poder não confere tanta prioridade.

Entender as diferenças entre uma abordagem construtivista do poder e uma abordagem neogramsciana nos leva a retomar o debate coxiano entre teoria de solução de problemas e teoria crítica (COX, 1981). No que se refere ao construtivismo, pôde-se verificar que sua força remonta da importância conferida às ideias ao analisar os processos intersubjetivos que contribuem para o desdobramento de diferentes funcionalidades do poder (BARNETT; DUVALL, 2005; GUZZINI, 2005). Contudo, é necessário pontuar que o papel do conhecimento para esta perspectiva se encontra restrito à uma representação da realidade aos moldes de uma teoria de solução de problemas, eliminando a possibilidade de construir uma análise que tenha como foco a transformação da realidade (COX, 1981). De outro modo, a ausência de questionamento do padrão geral das relações sociais entre os atores pressupõe que o construtivismo lida com essas questões de forma instrumental, distante dos propósitos emancipatórios e transformativos de uma teoria crítica.

Por outro lado, sobre a abordagem neogramsciana, Cox (1981) trabalha as ideias a partir das estruturas de dominação, analisando criticamente as dinâmicas de poder. Isto é, uma abordagem neogramsciana reconhece o papel das ideias em moldar o problema do poder, porém, diferentemente do construtivismo, busca trabalhar as ideias a partir da especificidade das estruturas de dominação, dando outra funcionalidade para o conhecimento. Para a Teoria Crítica, o conhecimento deixa de servir ao propósito de descrição da conjuntura e passa a reconhecer e questionar as particularidades das contradições dessa conjuntura, visando estabelecer estratégias contra-hegemônicas e transformativas da política mundial. Nas palavras de Cox (1981, p. 129, tradução minha), “a teoria crítica, ao contrário da teoria da solução de problemas, não considera as instituições e as relações sociais de poder como dadas, mas as questiona ao se preocupar com suas origens e como e se elas podem estar em processo de mudança”. São nesses pontos que reside a força da Teoria Crítica em proporcionar análises distintas sobre o problema do poder.

2. ORDEM MUNDIAL LIBERAL E CRISES DE HEGEMONIA: UMA ANÁLISE NEOGRAMSCIANA

Na seção anterior foi possível compreender, de forma geral, como discussões sobre o conceito de poder se desdobraram pelas principais correntes teóricas da área acadêmica de Relações Internacionais. Junto a isso, argumentou-se também sobre a força e vantagem da Teoria Crítica de Robert Cox em proporcionar conceitualizações de poder melhor vinculadas a processos de dominação por forças sociais hegemônicas. Porém, o que significa, em termos práticos, discorrermos sobre a dominação e qual seria a forma assumida por essas forças sociais? Nesta seção, buscaremos ilustrar a aplicabilidade da Teoria Crítica no estudo de caso da ordem mundial liberal liderada pelos Estados Unidos, com foco no contexto temporal do século XXI.

Aqui, é produtivo ressaltarmos que a análise focada na diplomacia estadunidense se dá por fins metodológicos, visto que a concepção gramsciana de hegemonia retomada por Cox não nos permite equalizar uma ordem mundial com as capacidades individuais de um ator. É verdade que os Estados Unidos historicamente possuíram um notável protagonismo na moldura de uma ordem internacional liberal, o que justifica a preferência deste trabalho nos estudos de caso de políticas externas. Entretanto, em alinhamento com a ideia de poder trabalhada pela Teoria Crítica, transições da ordem ocorrem a partir da interação mútua entre ideias, instituições e capacidades materiais, e não somente aos recursos de poder bélico ou econômico do ator que a lidera (COX, 1981).

De modo a compreender a relação da ordem mundial liberal e da liderança estadunidense com esses três elementos, é relevante pontuar que, em primeiro lugar, as transformações no âmbito das ideias remontam do dissenso contemporâneo da comunidade internacional quanto aos valores historicamente empreendidos pelos Estados Unidos. Assim, se o imediato pós-Guerra Fria e a década de 90 simbolizaram o clímax da promoção da democracia, direitos humanos e livre-mercado, que já vinham sendo paulatinamente difundidos desde o pós-Segunda Guerra, os anos 2000 em diante seriam marcados por questionamentos e inflexões quanto a esse pacote de ideias, com uma progressiva crise do multilateralismo e desconfianças ao Ocidente (STUENKEL, 2016; ACHARYA, 2018).

Em segundo lugar, no que tange às instituições, o modelo de institucionalização limitada do pós-Segunda Guerra experimentou uma nova realidade com o fim da bipolaridade nos anos 1990 (RODRIK, 2019). Nessa época, o empreendedorismo da então superpotência solitária estadunidense, os otimismo quanto ao papel das instituições e a razão neoliberal caucada no Consenso de Washington levariam a uma verdadeira globalização dos pressupostos liberais (IKENBERRY, 1996), cuja consequência foi um progressivo ativismo de instituições como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e as Nações Unidas. Contudo, o século XXI representaria desafios e dilemas a esse arcabouço institucional, como o próprio descrédito dos EUA a essa estrutura multilateral em relação a crescentes disputas comerciais e controvérsias na área da segurança (POWASKI, 2019).

Em terceiro e último lugar, sobre as capacidades materiais, o que se observou no pós-Guerra Fria foram iniciativas por parte dos Estados Unidos em refinar e expandir a nível global o

sistema de segurança coletiva construído após a Segunda Guerra Mundial. Aumento de assistência financeira a países do globo e maior institucionalização de alianças militares são alguns dos elementos a se destacar a respeito dos anos 1990 (POWASKI, 2019). Entretanto, não tardou até que, no âmbito da “Guerra ao Terror” e de novas tensões geopolíticas do século XXI, os Estados Unidos sobrecarregassem capacidades militares e financeiras e recorressem a intervenções unilaterais, desprezando uma gama de regras e constrangimentos normativos da ordem mundial liberal.

2.1. O século XXI e a crise de hegemonia: as políticas externas de George W. Bush e Barack Obama

Nos dias atuais, é possível dizer que o otimismo neoliberal da década de 90 gerou um conjunto de ilusões quanto ao futuro do poder global (BADIE, 2019). Naquele cenário, predominavam ideias vinculadas ao “fim da história”³, e cujos pressupostos nortearam a própria postura dos EUA no seu “momento unipolar” (*Ibidem*). Entretanto, o que se verifica é que a ideia de uma hegemonia neoliberal assim como a liderança incontestável dos Estados Unidos se provou contraditória em uma nova era da globalização marcada por crescentes inseguranças, imprevisibilidades e instabilidades. Ainda, considera-se o argumento de que o próprio posicionamento dos EUA foi pivô no impulso às mudanças e crises de legitimidade no seio da ordem mundial (STUENKEL, 2016; ACHARYA, 2018).

Servindo de exemplo desse posicionamento, as justificativas dos EUA para o uso da força, pela razão de serem a maior potência do globo, seriam melhor desenvolvidas pela administração George W. Bush. A guinada unilateral de Bush possui diversos espectros de entendimento, desde internos – a partir da ascensão da corrente neoconservadora no *establishment* estadunidense e das ideias de superioridade moral e civilizacional estadunidense – até externos – como no ceticismo⁴ da política externa de Bush à governança multilateral, cooperação e ao direito internacional (ONEA, 2013).

Junto a isso, há poucas dúvidas na comunidade acadêmica de que os atentados do 11 de setembro foram decisivos para uma radicalização unilateral dos Estados Unidos na política externa. De fato, os ataques ao *World Trade Center* foram um símbolo do conflito contemporâneo, marcado por uma forma de violência que ignora fronteiras e supera a ideia de territorialidade, não se limitando aos campos convencionais de batalha (BADIE, 2019), mas simbolizando um permanente estado de beligerância difusa e pouco definida quanto à atores envolvidos e previsibilidades de seus métodos.

3 FUKUYAMA, Francis. **The End Of History and the Last Man**. Nova Iorque: The Free Press, 1992.

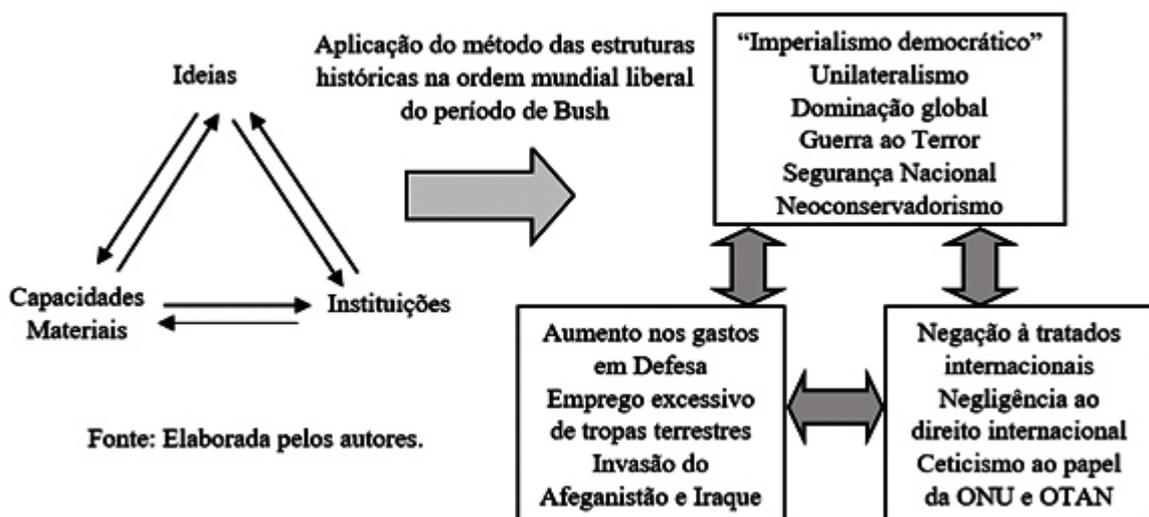
4 Em 2001, no seu primeiro ano de governo, Bush já havia realizado severas críticas ao protocolo de Kyoto, declarou aversão ao tratado de mísseis antibalísticos assinado com a antiga União Soviética (com posterior retirada de participação dos EUA em 2002), abandonou a Convenção sobre as Armas Biológicas de 1972 e buscou remover a assinatura do Estatuto de Roma (SINGH, 2006).

Se é possível dizer que, pelo lado da rede Al Qaeda e de Osama Bin Laden, pouco se sabia sobre futuras ações e estratégias, o mesmo não pôde ser dito pelo lado dos EUA, que deixou cada vez mais claro que a insistência na demonstração indiscriminada do poder convencional seria a alternativa (POWASKI, 2019). A “Guerra Global ao Terror”, as invasões do Afeganistão e do Iraque, tensões diplomáticas recorrentes com parceiros tradicionais europeus e com as Nações Unidas e o unilateralismo foram alguns sintomas dessa postura (*Ibidem*).

“Diante desta nova violência manifestada no 11 de setembro, imediatamente rotulada de ‘bárbara’, a superpotência americana acenou com a bandeira da civilização e tomou uma posição messiânica. Através de seu sofrimento e sacrifício, ela livraria o mundo do mal” (BADIE, 2019, p. 57, tradução nossa). Diferentemente do multilateralismo ocidental que marcou os governos da década de 90, a forma pela qual a democracia seria “exportada” pelos EUA no governo Bush residiu na sua imposição por meio do uso da força, com o objetivo fundamental de “derrotar” o terrorismo no mundo e trocar regimes potencialmente perigosos para governos democráticos (*Ibidem*).

A Doutrina Bush, assim definida, possuiria quatro elementos fundamentais: a ideia de que as principais ameaças só poderiam ser superadas fundamentalmente através da guerra preventiva/preemptiva; a disposição em agir unilateralmente quando preciso; o impulso para transformação da política internacional, a partir da crença de que o regime doméstico de um Estado condiciona sua política externa; e a noção de que a paz e estabilidade derivam sobretudo da primazia dos Estados Unidos na política mundial (JERVIS, 2003). Inevitavelmente, uma diplomacia ambiciosa como a de Bush ocasionou altos custos políticos e econômicos aos Estados Unidos. Assim, sob uma análise da Teoria Crítica de Cox (**Figura 2**), não apenas é possível constatar o desgaste desse Estado, mas especialmente o reflexo dessas posturas nas ideias, instituições e capacidades materiais da ordem mundial liberal (COX, 1981).

Figura 2: A dialética de forças e o governo George W. Bush



Diferentemente de Bush, Barack Obama ascende em um período já marcado por profundas assimetrias de poder que apontavam para a perda clara de liderança dos Estados Unidos. Junto a isso, a crise da bolha de 2008 havia servido como um sinal de que forças neoliberais

alinhadas com a dinâmica do Consenso de Washington haviam de ser revistas em um contexto marcado cada vez mais por um pluralismo de atores e ideias. Como se argumentou anteriormente, a Doutrina Bush e seus ambiciosos empreendimentos foram responsáveis pelo efeito contrário ao qual se propunha: em vez de fortalecer e consolidar definitivamente a proeminência estadunidense, estimulou reações não somente à liderança dos Estados Unidos mas principalmente à forma como a ordem mundial opera, com suas hierarquias de prestígio e influência reservada a um pequeno grupo de Estados (ZAKARIA, 2008; STUENKEL, 2016; ACHARYA, 2018).

Segundo Zakaria (2008), observa-se uma transição de influência global antes predominantemente estadunidense para o protagonismo do “resto”, isto é, países asiáticos, latino-americanos e africanos. Influenciado diretamente por essa visão “pós americana”, Obama foi o primeiro presidente a afirmar categoricamente que os EUA não poderiam mais se envolver na busca incondicional à liderança hegemônica que seus antecessores buscavam impor (BADIE, 2019). Contudo, isso não significaria que a política externa estadunidense passaria a ser totalmente submissa à realidade mutável da política internacional. A principal razão para isso se dá pela motivação central da diplomacia de Obama: adaptar-se a uma ordem internacional em transição com o principal objetivo de renovar o papel de liderança dos EUA nessa ordem (DUECK, 2015). Essa política externa ficou popularmente conhecida como “acomodação e retenção estratégica”.

A “acomodação e retenção estratégica” deriva da ideia de que os Estados Unidos deveriam adotar uma postura mais conciliatória com aliados e adversários, visando adotar uma maior flexibilidade com interesses e preferências alheias, pois, na ótica do presidente, esses potenciais rivais evitariam se transformar em inimigos (*Ibidem*). Esse posicionamento remonta tanto ao interesse de Obama em evitar problemas para a reestruturação do cenário doméstico pós-crise, assim como à sua visão de que o mundo globalizado inevitavelmente induz os EUA a agir de forma mais responsável.

Ainda que o pragmatismo fosse plenamente considerado por Obama, as tradicionais abordagens pautadas na promoção dos valores e ideias liberais (democracia, livre-mercado, direitos humanos e assistência humanitária) também foram articuladas (*Ibidem*). Em outras palavras, Obama buscou posicionar os interesses nacionais estadunidenses na vanguarda da sua política externa. Ainda que não deixasse de julgar líderes imorais, o presidente apenas ressaltava que não era de total responsabilidade dos EUA removê-los do poder (POWASKI, 2019).

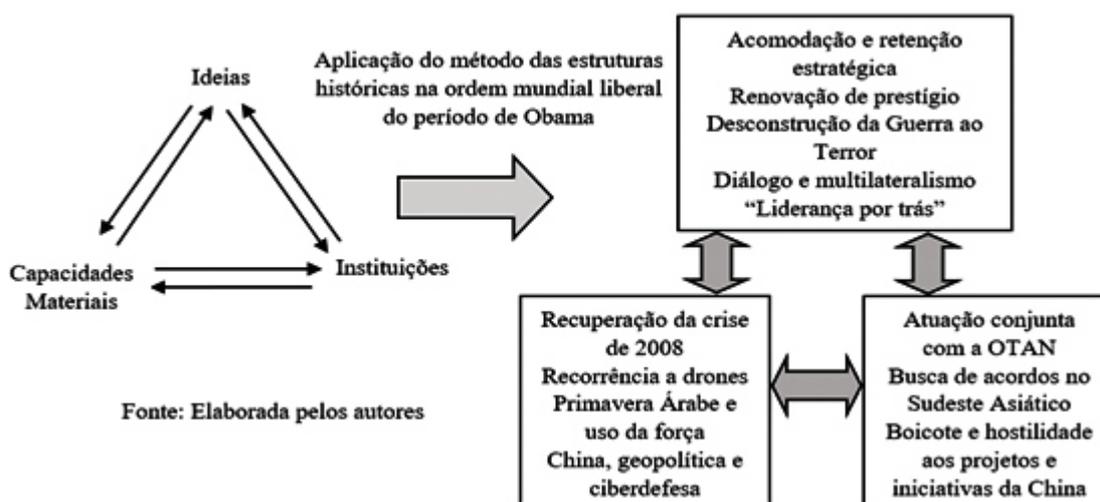
Foi nesse sentido que a diplomacia de Obama focou, inicialmente, em desconstruir os pilares da política externa de Bush, de modo a tentar renovar o prestígio dos EUA mundo afora. Obama buscou lidar com as falhas de Bush a partir de um conjunto de ações, como a retirada das tropas do Iraque, uma postura mais pragmática frente a Israel no que se refere ao conflito com os palestinos e uma estratégia altamente cautelosa com o Afeganistão (BADIE, 2019). Ainda, a revalorização da cooperação internacional, principalmente por meio de instituições internacionais e fóruns multilaterais (POWASKI, 2019), também foram levadas a cabo por Obama.

Da mesma forma, o presidente buscou reafirmar o compromisso dos EUA no âmbito do direito internacional e da acordância de tratados, desde pactos ambientais, como a entrada dos EUA no Acordo de Paris, até acordos de segurança, como foi o caso do Novo START com a Rússia e do ativismo no acordo nuclear entre o Irã e o P5+1 (Reino Unido, França, Rússia, China, Estados Unidos e Alemanha) (*Ibidem*). Entretanto, o apreço ao multilateralismo encorpado pela diplomacia

de Obama se mostrou insuficiente, e até mesmo contraditório, em uma política internacional cujo pluralismo já sinalizava para a perda de poder efetivo dos Estados Unidos (BADIE, 2019).

À luz do método das estruturas históricas de Cox (**Figura 3**), é possível captar a diversidade de desafios experimentados pela diplomacia de Obama, assim como relacioná-los com transformações nas forças sociais da ordem mundial. Considera-se: a reescalada de tensões no Iraque com a ascensão do Estado Islâmico; a falha em “estabilizar” o Afeganistão e retirar tropas estadunidenses; os profundos dilemas da ligação dos EUA com os eventos da Primavera Árabe, com foco para a derrubada de Muammar Gaddafi na Líbia e bombardeios aéreos na Guerra da Síria; crises diplomáticas com a Rússia no contexto da invasão russa da Crimeia; e, talvez como mais importante, a incapacidade em conter o ativismo político e econômico da China, assim como suas pretensões geopolíticas (DUECK, 2015; POWASKI, 2019). Ainda, se os EUA buscavam cooptar os chineses no seu “pivô estratégico asiático” sob argumentos de promoção de estabilidade, multilateralismo e estreitamento de laços, o que se verificou foi uma posição mais cética da China e mais comprometida com seus interesses nacionais de projeção global (DUECK, 2015).

Figura 3: A dialética de forças e o governo Barack Obama



2.1.1. Donald Trump e o nacionalismo conservador americano

A má reputação dos EUA nos últimos 4 anos deita raízes, sobretudo, nos objetivos distintos da política externa que se iniciou em 2016, em relação à Barack Obama. Contudo, o que cabe a nós entender é que a política externa de Donald Trump, marcada por um compromisso fundamental de persistência e desejo de se afastar dos procedimentos convencionais do jogo político, não é apenas produto de seu personalismo (RENSHON, 2021). Sem dúvidas, os discursos e as opiniões do presidente geraram profundos reflexos na diplomacia estadunidense, porém, a postura dos Estados Unidos deriva, desde 2016, de um conjunto de ideias que

se encontram presentes também nos seus aliados políticos, membros de gestão e principalmente na base de apoio popular (*Ibidem*).

Esse conjunto de ideias é sintetizado, de forma geral, na noção de que os Estados Unidos vêm sendo constantemente humilhados ao longo das décadas, em que não apenas seus rivais mas também tradicionais aliados buscaram se aproveitar das escolhas estadunidenses e tirar vantagem ao custo de benefícios para os EUA (WALT, 2021). Segundo Schadlow (2020), a partir de sua postura heterodoxa e supostamente mais objetiva e condizente com os interesses nacionais estadunidenses, Trump colocou em marcha uma série de “correções há tempos necessárias” (*Ibidem*).

Entretanto, é conveniente pontuar que há tudo menos consenso quanto aos atos da administração Trump simbolizarem correções à tradicional política externa estadunidense, e sim considerações frequentemente contrárias (HAASS, 2020; WALT, 2021). No plano internacional, as ações de Trump simbolizariam uma hostilidade cada vez maior em relação aos arranjos multilaterais, ideias e organismos que legitimaram a figura dos Estados Unidos enquanto figura de liderança desde a Segunda Guerra Mundial e sobretudo após o fim da Guerra Fria (RENSHON, 2021). O ponto é que a justificativa para esse posicionamento destoante de Bush pai, Clinton, Obama e até mesmo de George W. Bush – que, apesar de suas ações predominantemente unilaterais e agressivas, possuía um compromisso normativo em promover a ideia da democracia de mercado globalmente – está longe ser um mero reflexo de irracionalidade de Trump (*Ibidem*).

Na verdade, a diplomacia de Trump reflete em grande parte componentes intrinsecamente domésticos. Neste plano, a partir de um populismo nacionalista com tendências autoritárias, Trump foi capaz de canalizar os ressentimentos de classes médias inseguras e ressentidas pelos efeitos negativos da globalização política e econômica, tais como a perda de empregos, redução de salários e a concentração de renda em elites politicamente avantajadas (RODRIK, 2019). A relação dessa turbulência interna com a diplomacia de Trump é marcada pela “sensação generalizada de que o *establishment* falhou, tanto por negligenciar a proteção dos trabalhadores estadunidenses em casa quanto por empreender uma política externa excessivamente ambiciosa no exterior, distanciada dos interesses vitais do país e do bem-estar de seus cidadãos” (HAASS, 2020, p. 6, tradução nossa).

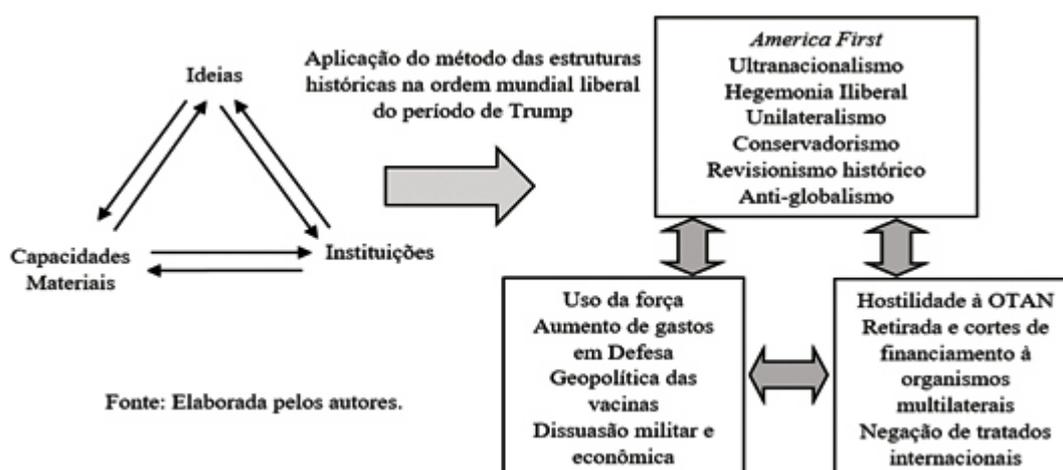
Nesse sentido, para Trump, os Estados Unidos recuperariam o respeito e o seu lugar de proeminência no cenário internacional, sobretudo a partir da lógica do *America First*. Acima de todo o resto, o foco no poderio e a força dos Estados Unidos seriam a regra, e, segundo essa lógica, aliados pagariam o preço pelos custos de proteção dos EUA, rivais seriam combatidos com punho firme e os EUA buscariam seus interesses sem apreço à constrangimentos normativos e institucionais do ordenamento internacional (WALT, 2021). Contudo, como aponta Renshon (2021), o princípio do *America First* não deveria ser sobrecarregado, visto que outros pilares fundamentais do “Nacionalismo Conservador Americano” também merecem destaque, tais como o uso máximo de pressão sobre agendas de interesses, o engajamento seletivo em detrimento de tradicionais empreendimentos de “construção de Estados” entre outros.

Em termos práticos, é possível captar um conjunto de ações e posicionamentos dos EUA durante o governo Trump que refletem essa doutrina. Da mesma forma, é cabível posicioná-los frente ao método de estruturas históricas coxiano, visando entender como os EUA assumiram, declaradamente, uma posição revisionista da própria ordem mundial liberal (**Figura 4**). Entre algumas das ações, é útil ressaltar: (1) o hábito de retirada ou corte de financiamento de

compromissos multilaterais⁵; (2) disrupção no tratamento de questões delicadas no Oriente Médio, como o apoio incondicional a Israel no conflito com a Palestina e o assassinato do general iraniano Qasem Soleimani e; (3) o acirramento do conflito político-ideológico e econômico com a China, como a guerra comercial, o boicote à expansão da rede 5G da China e declarações racistas no seio da crise sanitária de COVID-19 (POWASKI, 2019; WALT, 2021).

Sobre o último ponto, diferente da tentativa de Obama em conter a China via fortalecimento da governança multilateral, o nacionalismo conservador personificado por Trump induziu a uma confrontação diplomática direta e despreocupada com constrangimentos institucionais e normativos da ordem mundial (RENSHON, 2021). O que se verifica, contudo, é uma progressiva mudança de esferas de influência política, econômica e militar em direção à Ásia, a partir da efetiva consolidação da China enquanto *global player*.

Figura 4: A dialética de forças e o governo Donald Trump



CONCLUSÃO

Ainda que desenvolvida em um contexto histórico com grandes diferenças em relação ao cenário contemporâneo, a Teoria Crítica Neogramsciana se mantém enquanto lente de análise viável não só para expor dinâmicas de poder e relações de dominação dentro de determinada ordem social, mas também para contemplar perspectivas de mudança e transformação dessa ordem. Neste trabalho, buscou-se mostrar como, a partir de uma análise do poder centrada no materialismo histórico gramsciano e na dialética entre processos produtivos em uma estrutura histórica, é possível lidar com as transformações dentro da ordem mundial liberal, assim como evidenciar o impacto dessas mudanças na preponderância do principal empreendedor desse ordenamento, os Estados Unidos.

5 "Mesmo uma lista parcial incluiria a Parceria Trans-Pacífico (TPP), o acordo climático de Paris, o acordo nuclear do Irã (o Plano de Ação Conjunto Global, ou JCPOA), o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário, a UNESCO, o Conselho de Direitos Humanos da ONU, a Organização Mundial da Saúde (OMS), e o Tratado de Céus Abertos. Os Estados Unidos da Trump também se recusaram a aderir a um pacto global de migração ou aos esforços liderados pela Europa para desenvolver uma vacina para a COVID-19" (HAASS, 2020, p. 9, tradução nossa).

Na primeira seção, foi possível entender como a Teoria Crítica Neogramsciana se posiciona frente a outras abordagens que lidam com o problema do poder, ressaltando como suas contribuições superam limitações e vácuos explicativos de outras correntes como o realismo, o liberalismo e o construtivismo. Isso não significa dizer que a contribuição de Robert Cox é o panorama conceitual correto, a-histórico e incorruptível para análises da realidade social – visto que tal afirmativa iria de contrário ao propósito emancipador da teoria crítica –, mas sim que suas ferramentas permanecem relevantes e oportunas para lidar com um cenário internacional mutável.

Sobre a segunda seção, apesar da conjuntura contemporânea exigir análises mais aprofundadas e do escopo do trabalho possuir uma abrangência limitada, devido à sua natureza exploratória, o mapeamento das políticas externas de George W. Bush até Donald Trump por meio do método das estruturas históricas sugere um entendimento preciso a respeito das transformações em curso na ordem mundial liberal. Uma vez que os conceitos de poder e de hegemonia, em uma abordagem neogramsciana, se referem a um modo de produção dominante (onde ideias, instituições e capacidades materiais reforçam a consistência desse modelo), o que se percebe é que os Estados Unidos se posicionaram gradativamente contrários aos próprios fundamentos da ordem internacional. O ponto máximo dessa contradição é, possivelmente, o próprio ultranacionalismo e unilateralismo iliberal de Donald Trump, a partir do qual os EUA passaram a ser entendidos enquanto revisionistas dessa ordem mundial liberal.

De outro modo, as particularidades das respostas de Trump a uma série de questões globais – em termos discursivos, ideacionais e materiais – importam para evidenciar as transformações contínuas no ordenamento mundial. Não surpreendentemente, os próprios conceitos e estratégias os quais Trump se apropria para lidar com a ascensão chinesa gera impactos relevantes sobre o sistema multilateral, dada a corrosão progressiva de mecanismos institucionais da área da segurança, política, saúde e comércio. Verifica-se, em contrapartida, um ativismo ainda maior e uma efetiva consolidação da China enquanto potência global, o que, por si só, já é um tópico para futuras pesquisas e investigações.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Amitav (2018). **The End of American World Order**. 2. ed. Reino Unido: Polity Press.
- BADIE, Bertrand (2019). Exploring the New World. In: **New Perspectives On The International Order: No Longer Alone in This World**. Suíça: Palgrave Macmillan. p. 53-74.
- BALDWIN, David A. (2013). Power and International Relations. In: CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. (Eds.). **Handbook of International Relations**. Londres: SAGE. p. 273-297.
- BARNETT, Michael; DUVALL, Raymond (2005). Power in International Politics. **International organization**, v. 59, n. 1, p. 39-75.
- BIELER, A; MORTON, A. D. (2004). A critical theory route to hegemony, world order and historical change: neo-Gramscian perspectives in International Relations. **Capital &**

- Class**, v. 28, p. 85-113.
- COX, Robert W. (1983). Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method. **Millennium**, Londres, v. 12, n. 2, p. 162-175.
- _____ (1981). Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium**, Londres, v. 10, n. 2, p. 126-155.
- DUECK, Colin (2015). **The Obama Doctrine: American Grand Strategy Today**. Nova Iorque: Oxford University Press.
- FIERKE, K. M. (2013). Constructivism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Mila; SMITH, Steve. (Eds.). **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. Reino Unido: Oxford University Press. p. 189-204.
- GILL, Stephen (2008). **Power and Resistance in the New World Order**. 2. ed. Reino Unido: Palgrave Macmillan.
- GILPIN, Robert (1981). **War and Change in World Politics**. 1. ed. Reino Unido: Cambridge University Press.
- GRAMSCI, Antonio (2000). Hegemony, Relations of Force, Historical Bloc. In: FORGACS, David. (Ed.). **The Gramsci Reader: Selected Writings 1916-1935**. Nova Iorque: New York University Press. p. 189-221.
- GUZZINI, Stefano (2005). The Concept of Power: a Constructivist Analysis. **Millennium: Journal of International Studies**, [s.l], v. 33, ed. 3, p. 495-521.
- HAASS, Richard (2020). Present at the Disruption: How Trump Unmade U.S. Foreign Policy. **Foreign Affairs**, Washington D.C, v. 99, n. 5.
- HURRELL, Andrew (2005). Power, institutions, and the production of inequality. In: BARNETT, M.; DUVALL, R. (Eds.). **Power in Global Governance**. Cambridge: Cambridge University Press. p. 33-58.
- IKENBERRY, G. John (1996). The Myth of Post-Cold War Chaos. **Foreign Affairs**, Washington D.C, v. 75, n. 3, p. 79-91.
- JERVIS, Robert (2003). Understanding the Bush Doctrine. **Political Science Quarterly**, Nova Iorque, v. 118, n. 3, p. 365-388.
- KEOHANE, R.; NYE; Joseph S. (2012). **Power and Interdependence**. 4. ed. Londres: Pearson.
- _____ (1971). Transnational Relations and World Politics: An Introduction. **International Organization**, v. 25, n. 3, p. 329-349.
- MORGENTHAU, Hans J. (2003). **A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília.
- NYE, Joseph S. (2011). **The Future of Power**. Nova Iorque: Public Affairs.
- ONEA, Tudor A. (2013). **US Foreign Policy in the Post-Cold War Era: Restraint Versus Assertiveness From George H. W. Bush To Barack Obama**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- POWASKI, Ronald E. (2019). **Ideals, Interests, and U.S. Foreign Policy from George H. W. Bush to Donald Trump**. Londres: Palgrave Macmillan.
- RENSHON, Stanley A. (2021). The Trump Doctrine and Conservative American Nationalism. In: RENSHON, Stanley A.; SUEDFELD, Peter. (Eds.). **The Trump Doctrine and the Emerging International System**. Reino Unido: Palgrave Macmillan. p. 3-38.
- RODRIK, Dani (2019). **Karl Polanyi and Globalization's Wrong Turn**. International Karl

- Polanyi Conference “Karl Polanyi for the 21st century”, Radiokulturhaus Vienna.
- SCHADLOW, Nadia (2020). The End of American Illusion: Trump and the World as It Is. **Foreign Affairs**, Washington D.C, v. 99, n. 5, set./out.
- SINGH, Robert (2006). The Bush Doctrine. In: BUCKLEY, Mary; SINGH, Robert. (Eds.). **The Bush Doctrine and the War on Terrorism: Global responses, global consequences**. Reino Unido: Taylor & Francis Group. p. 12-31.
- STUENKEL, Oliver (2016). **Post-Western World: How Emerging Powers Are Remaking Global Order**. Cambridge: Polity Press.
- WALT, Stephen M. (2021) Trump’s Final Foreign-Policy Report Card. **Foreign Policy**, Washington D.C.
- WALTZ, Kenneth N. (1979). **Theory of International Politics**. Nova Iorque: McGraw Hill.
- WENDT, Alexander (1999). **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____ (1992). Anarchy is What States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, v. 46, n. 2, p. 391-425.
- ZAKARIA, Fareed (2008). **The Post-American World**. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.
- ZEHFUSS, Maja (2002). **Constructivism in International Relations: The politics of reality**. Cambridge: Cambridge University Press.